



BAIRROS NEGROS: A FORMA URBANA DAS POPULAÇÕES NEGRAS NO BRASIL

Henrique Cunha Junior¹

Resumo: Um desafio importante na sociedade brasileira é pensar a situação de vida da população negra dentro da nossa realidade, como problema específico, englobando a cultura negra e o racismo antinegro estrutural, a partir da perspectiva da própria população negra. Inserindo em conjunto com a situação de vida a educação, através dos conceitos de complexidade sistêmica e transdisciplinar, superando o paradigma eurocêntrico, os limites das disciplinas e da simplicidade de modelo de abstração. Bairros negros e forma urbana negra são proposições para atingir os objetivos de renovação científica. Este artigo tem, como finalidade, pensar os caminhos da educação da população negra de uma forma territorializada contida na realidade vivida dos bairros negros. As cidades e os bairros permitem pensar a realidade do racismo antinegro estrutural espelhado nas estruturas edificadas ou não, e as formas urbanas negras são conceitos, abstrações científicas que explicam a formação e o funcionamento das estruturas das cidades e das suas instituições, dentre elas a educação das populações negras.

Palavras-chave: População Negra; Bairros Negros; Forma Urbana Negra; Identidade Negra; Educação da População Negra.

BLACK NEIGHBORHOODS: THE URBAN FORM OF BLACK POPULATIONS IN BRAZIL

Abstract: An important challenge in Brazilian society is to think about the life situation of the black population within our reality, as a specific problem, encompassing black culture and structural racism, within the perspective of the black population itself. Insert together with life situation of the black population the education of the housing areas of this population. To think about the population life reality within the vision of systemic complexity, overcoming the Eurocentric paradigm, beyond the boundaries of the organization science disciplines and the simplicity of the abstraction model. Black neighborhoods and black urban form is a proposition to achieve these goals. This article aims to think about the ways of education of the black population in a territorialized way contained in the lived reality of the black neighborhoods, to think of their recognition, as a concept, as reality and as specificity for the thought in education. Cities and neighborhoods allow us to think about the reality of structural racism mirrored in built structures or not, and black urban forms are concepts, scientific abstractions that explain the formation and functioning of the structures of cities and their institutions, among them the education of black population.

Key-words: Black Population; Black Neighborhoods; Black Urban Form; Black Identity; Black Population Education.

QUARTIERS NOIRS: LA FORME URBAINE DE LA POPULATIONS NOIRES AU BRÉSIL

Résumé: Un défi important de la société brésilienne est de réfléchir à la situation de la population noire au sein de notre réalité, en tant que problème spécifique englobant la culture noire et le racisme antinegrique structurel, du point de vue de la population noire elle-même. Insérer, avec la situation de vie, l'éducation, à travers les concepts de complexité systémique

¹ Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. *E-mail:* hcunha@ufc.br

et transdisciplinaire, dépassant le paradigme eurocentrique, les limites des disciplines et la simplicité du modèle d'abstraction. Les quartiers noirs et la forme urbaine noire sont des propositions pour atteindre les objectifs du renouveau scientifique. Cet article a pour but de réfléchir aux voies de l'éducation de la population noire sous une forme territorialisée contenue dans la réalité vécue des quartiers noirs. Les villes et les quartiers nous permettent de réfléchir à la réalité du racisme antinegrique structurel reflété dans les structures bâties ou non, et les formes urbaines noires sont des concepts, des abstractions scientifiques qui expliquent la formation et le fonctionnement des structures des villes et de leurs institutions, entre leur l'éducation des populations noires.

Mots-clés: Population Noire; Quartiers Noirs; Forme Urbaine Noire; Identité Noire; Éducation de la Population Noire.

BAIRROS NEGROS: LA FORMA URBANA DE LAS POBLACIONES NEGRAS EN BRASIL

Resumen: Un desafío importante en la sociedad brasileña es pensar la situación de vida de la población negra dentro de nuestra realidad, como problema específico, englobando la cultura negra y el racismo antinegro estructural, desde la perspectiva de la propia población negra. Insertar en conjunto con la situación de vida la educación, a través de los conceptos de complejidad sistémica y transdisciplinar, superando el paradigma eurocéntrico, los límites de las disciplinas y la simplicidad de modelo de abstracción. Los barrios negros y la forma urbana negra son proposiciones para alcanzar los objetivos de renovación científica. Este artículo tiene, como finalidad, pensar los caminos de la educación de la población negra de una forma territorializada contenida en la realidad vivida de los barrios negros. Las ciudades y los barrios permiten pensar la realidad del racismo antinegro estructural reflejado en las estructuras edificadas o no, y las formas urbanas negras son conceptos, abstracciones científicas que explican la formación y el funcionamiento de las estructuras de las ciudades y de sus instituciones, entre ellas la educación de las poblaciones negras.

Palabras-clave: Población Negra; Barrios Negros; Forma Urbana Negra; Identidad Negra; Educación de la Población Negra.

APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A educação deveria socializar as pessoas e dar a cada uma delas soluções e opções para a condução saudável de suas vidas. A problemática é que a população negra vive em bairros e nestes se estabelecem as relações sociais e os modos de vida da coletividade negra que devem ser considerados pela educação. Nesses bairros se constroem as identidades, os hábitos de vida, manifestam-se as culturas e alegrias, entretanto, em muitas das vezes, também se destroem potencialidades de vidas insatisfatórias e infelizes, decorrentes de uma sistemática do racismo antinegro produzido no espaço urbano da sociedade brasileira, sendo que as ciências do urbanismo não tratam esses temas e muito menos a educação.

Existe a necessidade de trabalhos científicos sobre especificidade da população negra e suas realidades de vida, sendo que os trabalhos universitários atuais relutam



em aprofundar os conceitos e abordagens que propiciem mudanças estruturais. Especificidades da população negra precisam ser reconhecidas, compreendidas e incorporadas às políticas públicas e à educação. O enfoque específico e estrutural sobre a população negra, diferente das abordagens sobre “o negro” feita por brancos, do negro como ser isolado, dos negros como minorias, da questão negra como coisa não bem especificada ou apenas de pessoas vítimas de preconceitos da sociedade. As abordagens consideradas novas de descolonização e de diversidade são reformas eurocêntricas insuficientes e insatisfatórias para a incorporação da população negra na pesquisa científica brasileira.

Estamos diante de uma realidade sobre a qual é necessário se retirarem as generalidades produzidas pelas ciências sobre o pobre, carente e popular, que são conceitos genéricos, que falam de todo mundo sem falar das pessoas reais e de realidades particulares que apresentam semelhanças. As formas genéricas dificultam compreendermos as necessidades específicas de cada grupo social e cada local e não contribuem para a mudança da realidade presente. A produção de conhecimento sobre a população negra demanda um enfoque sobre os territórios, nos lugares vivenciados pelas populações negras, ou seja, pensada dentro do contexto dos bairros negros específicos. Abordagens educacionais focadas na situação da população negra, onde realizamos a nossa vida cotidiana. Existem segregações urbanas de populações que são produzidas pelas sistemáticas de tratamento das políticas públicas dos processos históricos e das relações sociais entabuladas pelas populações negras, dependentes do racismo antinegro estrutural. Os condicionamentos históricos das populações negras fizeram com que a pobreza seja mais incidente sobre essa população e as referências universais não explicam essa realidade. Os bairros são lugares da história, fruto de relações sociais, culturais, econômicas, políticas, vistas não de forma dicotômicas e separadas de disciplinas sociais, mas analisadas em conjunto de forma de sinergia dos efeitos sociais (Videira, 2008; Souza, 2009). O conceito de bairro negro é produzido associado à percepção da existência de identidades sociais construídas pela história. Os conceitos de africanidade e afrodescendência colaboram na compreensão da especificidade dos bairros negros (Cunha Junior, 2007a; Videira, 2008; Souza, 2009). Da africanidade vem a origem dos conhecimentos e modos de vida africanos que se transformam na realidade histórica brasileira, e continuam se transformando, sob as



pressões dos sistemas de dominação, produzindo a afrodescendência. As populações negras se instalam em localidades ao longo da história sempre imbricadas em situações de vulnerabilidade social impostas pelos grupos dominantes.

Para a compreensão dos bairros negros e da sua importância como conceito para o urbanismo e para os sistemas educacionais, como também para a elaboração das políticas públicas, é necessário considerar a existência de racismo antinegro como um problema estrutural da formação social brasileira. Racismo antinegro definido como uma ideologia de dominação e, como toda ideologia, camuflando as suas práticas, decorrendo do processo de encobrimento da realidade a dificuldade da população em reconhecer a existência de racismo no Brasil. O racismo antinegro é um problema estrutural das relações sociais brasileiras e as situações dos bairros negros são, em parte, consequência da forma de operação do racismo antinegro nas instituições e nas relações sociais. Parte significativa das vidas das populações negras é gerada pelo racismo estrutural e pelas condições da cidade produzida pelo mesmo racismo estrutural antinegro.

Para melhor entendimento dos conceitos, faz-se necessário distinguirmos os problemas sociais estruturais dos ocasionais (Cunha Junior, 2008). Os problemas sociais estruturais são resultados de longos períodos da história, envolvem populações numericamente importantes, milhões de pessoas se instalam em espaços geográficos também importantes, produzem ideologias amplas e permeiam o funcionamento de todas as instituições. São problemas de longa duração e demandam esforços econômicos importantes na sua solução. As necessidades das populações negras são estruturais e determinadas por causas estruturais, resultantes de processos sociais estruturais da sociedade brasileira, o escravismo criminoso e o capitalismo racista antinegro. Os problemas ocasionais ou situacionais são de dimensões menores, não menos importantes, entretanto de solução mais fácil, que demandam menor esforço econômico na solução. As inclusões de problemas ocasionais na sociedade são feitas com mobilizações menores de recursos materiais e imateriais, pois são mais fáceis de resolver, como é caso da acessibilidade aos edifícios públicos. Os problemas estruturais são deixados de lado, pelo fato de envolverem esforços tremendamente amplos. A remoção dos preconceitos é um problema de dimensão situacional, mesmo o combate aos preconceitos sobre a população negra, no entanto, apenas a sua remoção

não muda de forma significativa a situação de vida da população negra. A mudança da situação de vida é um problema estrutural. Nesse sentido é necessário compreender conceitualmente as diferenças entre preconceito e discriminação (ocasionais e situacionais) e o racismo antinegro (estrutural). Os bairros negros são produzidos e produzem segregações populacionais negras estruturais ao funcionamento das cidades, produtos do racismo antinegro estrutural, sendo a educação parte da totalidade do bairro negro, parte da forma de vida da população e das vulnerabilidades sociais vividas nessas localidades. Mas também locais de expressão da cultura negra.

Este artigo tem como finalidade pensar os caminhos da educação da população negra de uma forma territorializada contida na realidade vivida dos bairros negros, pensar o seu reconhecimento, como conceito, como realidade e como especificidade para o pensamento em educação. Lembrando que todos esses fatores conceituais dependem do reconhecimento da base cultural africana e da existência de filosofias e modos de vida de africanos transportados para o Brasil (Obenga, 1990; Querino, 1918). As cidades e os bairros permitem pensar a realidade do racismo antinegro estrutural espelhado nas estruturas edificadas ou não, e as formas urbanas negras são conceitos, abstrações científicas que explicam a formação e o funcionamento das estruturas das cidades e das suas instituições, dentre elas a educação das populações focadas na realidade da vida – lembrando que as estruturas não são apenas formas sólidas dos relevos e dos edifícios e líquidas das bacias hidrográficas poluídas pelas ausências de esgotos sanitários, mas elas são formas que se diluem no ar e respiramos como leis e valores, tais como considerarmos a cidade dividida em bairros periféricos e nobres, como áreas legais e ilegais.

O URBANO E A SUA PRODUÇÃO

A cidade é composta de bairros onde vivem as pessoas e onde a diversidade humana se manifesta. Uma das dimensões dos problemas de uma sociedade é o da mediação entre a cidade e a diversidade de população e de grupos sociais. A produção da identidade, individual e coletiva, sociabilidade e também das oportunidades de vida estão em grande proporção associadas à vida nos bairros. A qualidade de vida permitida aos grupos populacionais em grande proporção se define pelos bairros e encontra-se condicionada à produção dos espaços públicos, da infraestrutura urbana e



das condições de moradia (Neal, 2010; Cunha Junior, 2018). O desenho urbano, entendido como o desenvolvimento e consolidação de como é efetivamente estabelecida a cidade moderna, é mediado e executado por urbanistas, num campo de consensos e conflitos de interesses sociais, políticos, culturais e econômicos. No entanto, é pautado e submetido ao conhecimento científico. No desenho urbano e nas discussões sobre a cidade participam urbanistas, arquitetos, engenheiros, geógrafos, sociólogos, sanitaristas, ambientalistas e juristas. Constitui uma área de pensamento pautada pela transdisciplinaridade, no entanto, orientada por um número reduzido de eixos sobre as concepções de cidade e a relação desta com as populações negras. Bairros negros, forma urbana negra é um tema importante sobre a formação dos profissionais enquanto urbanistas ou profissionais dedicados ao planejamento e desenho do espaço urbano. Mas também é um tema importante na formação de educadores e administradores da educação.

No pensamento urbanístico, a concepção de cidade é orientada pela história das cidades, dentro de uma visão eurocêntrica. Geralmente inicia-se pensando a habitação e a vida em coletividade, tendo como base a alegoria da caverna de Platão. Segue na composição da racionalidade arquitetônica, inspiração do “Tratado de Arquitetura de Vitruvio”, escrito no século I antes de Cristo, relativo à vida prática profissional na Roma de César Augusto. Faz referência aos feitos de Leonardo Da Vinci, passa para a história das cidades europeias (Rossi, 1966; Benevolo, 2003) como sendo a história das cidades do mundo e mergulha nas discussões da Carta de Atenas (Sert/Corbusier, 1942) e suas consequências entre franceses, ingleses e americanos (Ducci, 2009). Inexistem referências africanas e asiáticas fortes, embora em Benevolo (2003) haja parte de um capítulo sobre o Egito, considerando que os fenômenos urbanos e urbanísticos ocorreram desde 4000 anos antes da era cristã no Egito (Malek, 2000). Sendo que a maior variedade de formas de urbanismo e arquitetônicas está presente nas histórias asiáticas e africanas (Hornug, 1992). Podemos deduzir que a fundamentação teórica do urbanismo se limita ao exame da tradição eurocêntrica (Cunha Junior, 2015). Dialoga apenas com parte das culturas europeias e com os problemas da formação histórica da Europa, produzindo uma mentalidade eurocêntrica e disfarçada como conhecimento científico e universal. No entanto, o mesmo modo de trabalho do urbanismo é realizado nas demais ciências humanas brasileiras; existe a



constante omissão deliberada dos africanos e descendentes de africanos, causando a invisibilidade das populações negras na história por razão e explicações diversas, que se organizam no sentido do desaparecimento ou da minorização dos africanos e afrodescendentes nas diversas ciências. Apenas o Pan-africanismo faz uma ruptura conceitual e real como os processos da dominação ocidental que invisibilizam as populações africanas nas diversas áreas do conhecimento científico (Gomes, 2014).

O padrão de urbanização brasileira imprimiu às metrópoles e cidades conceitos e formas de conceber a cidade, no sentido europeu dos conceitos. Formalizou-se o conceito de padrão periférico que engloba loteamento ilegal, a autoconstrução e os distantes conjuntos habitacionais desprovidos de equipamentos urbanos e de espaços públicos. Formalizou a ideia de cidade como produzida por um espaço dual, repartido como a cidade informal, sem tecnologia, planejamento e investimentos públicos significativos e a cidade formal concentradora dos investimentos públicos, lugar de planejamento e de aplicação das tecnologias. Os bairros e lugares onde se concentram as populações negras recebem as designações tais como: cidades clandestinas, cidades irregulares, cidades informais e cidades periféricas. Lugares que ficam à margem do pensamento e da prática de urbanização, portanto fora do desenho urbano e sem investimentos proporcionais à densidade de população. Lugares que ficam fora também do pensamento educacional quanto às suas especificidades. Pensando na produção da desigualdade social no Brasil, temos que a forma da produção da cidade tem relação com a formação das ideias acadêmicas e com a distribuição de valores sociais e com o processamento das desigualdades (Videira, 2008; Sousa, 2009). Se fizermos uma relação do tratamento dado a essas áreas como os grupos sociais que aí habitam, podemos inferir que a desigualdade social produzida sobre a população tem um componente especial urbano sintetizado no Bairro Negro. Assim, a sistematização de “não lugar” nas ideias urbanísticas é parte da forma de produção da inclusão precária das populações negras na sociedade brasileira. Portanto, a forma como a população negra aparece nas ideias urbanísticas retira a especificidade de ser um lugar de maioria de população negra e estigmatiza como lugar de produção espacial urbana informal. Como veremos mais adiante, essa sistemática social pode ser considerada parte do processo de desqualificação social da população negra e ato de prática do racismo antinegro. No entanto, independente da nomenclatura utilizada, o uso dessa



proposição nos ajuda a explicar a produção de desigualdade entre as populações negras e brancas na sociedade brasileira por meio da produção do desenho urbano das nossas cidades. As ideias de formas urbanas carregam consigo as discussões de todas as instituições sociais e dos serviços urbanos existentes e sobre os inexistentes, mas que deveriam existir. Nesse sentido, a invisibilidade de população negra e das necessidades reais dessa população, direitos, etc. se incorporam à forma urbana negra e traduzem o racismo estrutural sofrido pela população negra. Assim, a forma urbana negra é um conceito para análise das relações sociais das populações negras no meio urbano, mas dentro de um parâmetro transdisciplinar, através de um modelo complexo de análise e síntese quando produzidos com base no Pan-africanismo, com base nos conceitos de africanidade e afrodescendência. É preciso ficar explicitado que essa é uma dentre outras formas de abordagem possível, não estando em discussão se é a melhor ou não.

A forma urbana é muito além dos elementos visíveis e materializados no espaço urbano, preenche um universo ditado pela história, urbanizado ao longo dos processos de constituição e consolidação das cidades e em constante processo de transformações. Na determinação propositiva das formas urbanas das populações negras no Brasil, pelo menos quatro elementos são intervenientes e condicionam o realizável possível, dentro do espectro de lutas da população negra pelos direitos sociais, reconhecimento social, liberdade de expressão e melhoria das condições de vida. No Brasil, não existe liberdade de expressão ampla das populações negras visto tratar-se de um tema sempre condicionado pelos limites econômicos, culturais e sociais impostos pelos grupos de poder. Grupos estes diversos inclusive e principalmente pelos grupos de poder da pesquisa acadêmica, que rejeitam ou limitam a amplitude de pesquisa necessária sobre a população negra, produto de diversas ideologias, como a democracia racial brasileira, o eurocentrismo e os condicionantes estritos às relações econômicas de duas classes em conflito, não sendo, nesta abordagem, a população negra um definidor das relações estruturais de classes sociais no Brasil.

Os quatro elementos que determinam as formas urbanas negras são: a) os elementos da história e cultura negra; o ser comunidades negras e produzir

territorialidades negras; b) as relações sociais entre as populações; c) o racismo antinegro, nas diversas formas presentes na sociedade brasileira, institucional, ambiental e socioeconômico; e d) as ações institucionais que antecipam as possibilidades das formas urbanas e as condicionam. As pessoas vivem em bairros e estes condicionam em muito as possibilidades sociais dos grupos humanos. A forma urbana condiciona as condições de vida coletiva das populações, dos coletivos humanos dentro de um território urbano. Mesmo que as promoções individuais possam transcender os sucessos ou insucessos coletivos, de uma maneira ou de outra, o coletivo determina as ações individuais. Assim tratamos do coletivo, população negra, compreendida na anatomia inicial das discussões dentro dos parâmetros das designações de pretos e pardos dos censos do IBGE. População negra pode ser pensada simplesmente como o coletivo das pessoas autodeclaradas como pretos e pardos nos censos do IBGE, fórmula insuficiente para um conjunto amplo de análise das relações sociais, mas suficiente para caracterizar as condições urbanas que produzem os contornos urbanos das cidades brasileiras, dentro do âmbito das relações sociais entre populações negras e brancas na formação histórica da sociedade brasileira. A forma urbana negra, bairros negros e população negra são entendidos como elementos conceituais para compreensão das relações sociais brasileiras e da inserção, controle, limitações e exclusões das populações negras no universo urbano brasileiro. Conceitos esses que tipificam as problemáticas sociais e históricas específicas das populações negras, indo além das análises sobre a pobreza, das análises baseadas na experiência humana universal, inscritas em marcadores que tornaram a história brasileira singular. O capitalismo brasileiro é formado com base numa sociedade de trabalho com escravização compulsória de africanos e descendentes, sem a existência de medidas reparadoras no sentido da eliminação das consequências sociais desses fatores produzidos pela história e construtores da sociedade nacional. A sociedade brasileira não produziu as políticas reparatórias para a população negra e produziu uma política imigratória europeia que contribuiu significativamente para o agravamento da situação dessa população. A política imigratória brasileira foi em realidade uma ampla política de cotas econômicas e de ações afirmativas que produziu o prestígio e a inserção social de populações de imigrantes europeus, de populações em sua maioria brancas e relegadas ao abandono na Europa.

A compreensão da forma urbana negra brasileira é um subsídio importante para todas as áreas do conhecimento que trabalhem com os diversos aspectos da população, em particular a saúde coletiva, o serviço social, a sociologia urbana e o urbanismo e também a educação (Cunha Junior, 2007a; Cunha Junior, 2007b; Cunha Junior, 2018). Os conceitos contidos na forma urbana negra deveriam ser matéria de conteúdo obrigatório nas diversas formações humanas sobre a sociedade brasileira, em virtude de demarcar um dos elementos de importante diferenciação entre a sociedade brasileira e as sociedades europeias, das vivências da população negra com relação às populações brancas na sociedade brasileira. Abordagem que pode produzir também elementos importantes na crítica a formações eurocêntricas oferecidas pelas instituições de ensino no Brasil. As produções eurocêntricas explicam muito pouco, praticamente nada de substancial sobre as experiências das populações negras na diáspora africana e principalmente no Brasil. Por serem muito limitadas as explicações, elas não subsidiam os processos da educação na proporção que as populações negras brasileiras carecem.

AS POLÍTICAS CONTRÁRIAS AOS INTERESSES DOS AFRODESCENDENTES NA REPÚBLICA

No Brasil do início do século XX, as metas ideológicas da República eram impor uma nação homogênea, moderna no sentido europeu e sem antagonismos étnicos, passando uma borracha no escravismo criminoso e nos conflitos acumulados durante a sua existência, sem, contudo, fazer nenhuma concessão política, econômica ou social às classes sociais afrodescendentes, estas herdeiras desfavorecidas do regime político passado, que cumpre qualificá-lo como a monarquia eurocêntrica segregacionista e escravista criminoso. A República redefiniu a identidade nacional como uma identidade europeia morena e tropical, como também tentou ordenar e modernizar a nação, do ponto de vista estético e industrial europeu, eliminando as populações negras por diversas formas de genocídios. Implicou acabar com as revoltas sociais de maioria negra e de civilizar o país eliminando a cultura de base africana, considerada como incivilizada. Foi um projeto de nação de características étnicas populacionais bem determinadas e que recebeu ampla aceitação tanto nos setores políticos conservadores-liberais como nos críticos socialistas e marxistas.



A industrialização como símbolo da modernidade e progresso foi operada privilegiando a imigração europeia e valorizando o trabalhador imigrado da Europa, em detrimento dos trabalhadores nacionais, pretos, pardos e mestiços em sua quase totalidade. Mesmo nos setores da economia que os nacionais, lê-se pretos e pardos, detinham a base de conhecimento técnico, como foi o caso da agricultura do café, esses foram substituídos pelos europeus (Cunha Junior, 1992). A industrialização também é operada numa associação entre o capital nacional exportador de produtos primários, capital herdado dos crimes do escravismo, capital quase que hegemonicamente eurocêntrico, e os capitais e administradores europeus para infraestrutura urbana, infraestrutura ferroviária e energética. A modernização urbana e tecnológica é fortemente revestida de um caráter étnico antinacionalista, apesar dos discursos nacionalistas em setores como o nosso petróleo. O dinheiro público foi amplamente utilizado no financiamento da imigração europeia e na instalação urbana dos grupos populacionais eurocêntricos. Em nome do progresso econômico, da modernidade tecnológica e da civilização, que deveria afastar o atraso social brasileiro, se processou uma operação ampla de re-enquadramento social e disciplinar das populações afrodescendentes durante a República, principalmente nos 30 primeiros anos do século XX. A política pública de imigração foi uma política contrária aos interesses dos afrodescendentes. Acompanhando essa política, se processam outras no espaço urbano que são desestabilizadores sociais dessa mesma população, como veremos mais adiante. As políticas de modernização, de acesso à civilização e combate ao suposto atraso cultural brasileiro foram sumariamente políticas de desqualificação social e quebra de identidade étnica dos afrodescendentes.

A constituição de família de africanos e afrodescendente no escravismo criminoso foram possíveis por diversas estratégias sociais. Uma das formas foi a extensão para o Brasil do modelo de família africana, representada por laços simbólicos e não necessariamente consanguíneos (Cunha Junior, 2010). Por outro lado, nesse período, os casamentos oficiais realizados na igreja contemplavam um número reduzido de pessoas mesmo entre a população eurodescendente devido aos seus custos e às exigências de rígida moral católica. A perspectiva de família europeia, com casamento realizado na Igreja Católica, é reforçada na perspectiva social urbana da República, desenvolvendo uma imensa campanha social por partes



dos estratos de classe burguesa contra as formas de organização das famílias afrodescendentes. Essa campanha é baseada em um discurso da moral, dos bons costumes e da ordem social. Ordem moral precisa ser bem compreendida como a afirmação social urbana de uma classe social eurodescendente no meio urbano das cidades brasileiras. Afirmação social urbana que funciona como meio de desqualificação social dos afrodescendentes. No campo da moral, estavam enquadradas todas as festas populares, mesmo as religiosas. As práticas de Catimbó, Candomblé e Umbanda sofreram grande perseguição como atos imorais. As formas de socialização como os batuques, sambas, pastoris, maracatus, bumba meu boi, marabaixo, maxambombas, mamolengos, teatros de rua e danças em salões populares foram alvos constantes de perseguições e intervenções policiais, de intervenção pública e qualificados como baderna (Araujo, 1992; Arrais, 1998). A ética moral da República é a da modernidade organizada e contrária às manifestações de lazer e socialização de base da cultura africana. Os cortejos e festas negras sugeriam para a ordem republicana a desordem, eram denominadas como lugar de degeneração moral, continham o signo do suposto atraso social e refletiam na perspectiva das novas burguesias urbanas eurocêntricas o quanto o meio urbano brasileiro estava distante da civilização europeia pretendida. Portanto era motivo de desqualificar para eliminar, coibir, refrear.

As cidades brasileiras do império eram espaços de maioria afrodescendente devido ao grande número de trabalhadores e comerciantes no espaço público dos centros urbanos. Mesmo a moradia de contingentes importantes de afrodescendentes se dava nos centros das cidades, em habitações coletivas denominadas cortiços. As imagens do espaço público urbano do império eram negras. A República vai ter por tarefa a ressignificação dessas imagens do espaço público.

A mudança da cidade republicana foi realizada pela cópia do urbanismo e das edificações em estilo da *belle époque* francesa. As cidades brasileiras de norte a sul realizaram suas revoluções urbanísticas e estilísticas com a premissa de renovação civilizatória europeia (Chalhoub, 1986; Arrais, 1998; Videira, 2008). As dificuldades higiênicas, a falta de infraestrutura sanitária e as epidemias urbanas serviram de desculpa para justificar o teor das medidas implantadas. A remoção sistemática das populações afrodescendentes dos centros urbanos se realizou em todas as cidades



brasileiras, transferindo essas populações para áreas ermas e difíceis, desprovidas de meios de transporte, saneamento, saúde, sistemas de educação e lazer. Como também distante dos meios de trabalho e sobretudo das modernas formas de trabalho.

A dicotomia urbana estabeleceu uma rígida demarcação urbana entre a cidade, considerada institucionalmente como formal, e a periferia, também referida pelas instituições como informal; entre o urbano citadino eurodescendente e o urbano periférico afrodescendente. Precisamos atentar para o caráter ideológico da ideia de periferia. Construiu-se um significado de conotação negativa em torno da periferia. Estabelecem os conceitos e as realidades de mocambos, arrabaldes, favelas, alagados, palafitas e outras denominações como sinônimas de áreas de maioria afrodescendentes. A dinâmica imposta a essas áreas urbanas de maioria afrodescendente é produtora da persistência de pobreza em parcela significativa da população afrodescendente. A população de periferia foi alimentada pelos fluxos migratórios devidos aos êxodos rurais. O racismo antinegro, como forma de controle social dos afrodescendentes, é construído em parte através das relações de ocupação do solo e do território urbano.

Os lemas da República no meio urbano criam uma utopia disciplinar da cidade (Araujo, 1992; Rago, 1985). Os lemas de sanear, embelezar e civilizar embutiram as políticas públicas contrárias aos interesses das populações afrodescendentes. Produziram mudanças de localidades das populações por razões de destruição dos cortiços e favelas considerados como insalubres. Mudanças para locais longínquos sem infraestruturas urbanas e condições de oferta de trabalho. No litoral brasileiro populações que viviam da pesca foram removidas para áreas distantes das praias. O princípio de civilizar resultou em repressões as culturas negras que eram consideradas pelo racismo antinegro como não culturas, ou culturas inferiores. A formulação ou a reformulação da cultura negra como cultura inferior é fortemente aparada no livro *Casa Grande e Senzala* do Gilberto Freire (Cunha Junior, 2013). O estabelecimento da ordem resultou em processos de fortíssima repressão policial e política. O racismo antinegro estruturou todas as políticas de ordem e progresso realizadas pelos governos republicanos.

A VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA



Um dos primeiros trabalhos científicos brasileiros de importância para a população negra brasileira foi a tese de doutoramento, em medicina, do médico baiano negro Juliano Moreira. A tese, realizada em 1891, período próximo à abolição do escravismo criminoso, durante a vigência de amplo esforço da ciência brasileira em caracterizar a população negra e mestiça como mentalmente perigosa, como socialmente indesejável e com características “raciais” inferiores à da população branca, se apresentou como uma negação às teorias racistas e propunha que todos os fatores sociais imputados à raça e aos trópicos eram consequências únicas das condições sociais impostas à população negra. Mesmo com a tese de Juliano Moreira, as escolas de medicina e de direito da Bahia continuaram processando o racismo científico promovido pelo também médico Nina Rodrigues (Rodrigues, N., 1894; Rodrigues, M., 2015). O racismo científico de Nina Rodrigues é modificado em 1933 pelo racismo culturalista do Gilberto Freire, com *Casa Grande e Senzala* (Cunha Junior, 2013). Embora o livro seja considerado um clássico da sociologia brasileira, adotado em todos os cursos universitários das diversas áreas das ciências humanas, ele se configura como um trabalho do racismo culturalista e sexista na leitura de parte dos pesquisadores negros. Configura-se como um aparelho ideológico do racismo antinegro estrutural à formação social brasileira. Como ideologia, tem a função de mascarar a realidade dentro da formação do pensamento brasileiro da República.

A polêmica principal sobre *Casa Grande e Senzala* é que dele se deduz a inexistência de problemas de ordem das relações sociais entre as populações negras e brancas no Brasil. As visões sobre a inexistência de problemas sociais de ordem denominado “racial” implicou a invisibilidade da população negra nas diversas áreas de construção das ciências humanas no Brasil. De um erro de leitura científica se processaram pelo menos dois erros. O primeiro deles é que a necessidade de enfoques sobre populações negras é decorrente da sua existência histórica dessa população e não apenas da existência dos conflitos compreendidos como raciais. Nos diversos aspectos das ciências humanas a população negra existe e tem necessidade de ser expressa. O segundo erro é quanto à negação da existência do racismo antinegro. As populações negras, através das suas associações e movimentos sociais, desde o início do Império, denunciam os preconceitos, as discriminações e os racismos sofridos pela população



negra (Godoi, 2014; Silva, 2002) e isso bastaria para as ciências considerarem a existência desse mecanismo de controle social. Godoi (2014), estudando a biografia do editor negro Francisco de Paula Brito, apresenta a iniciativa dos primeiros jornais falando da realidade da população negra no Império. Silva (2002), estudando a vida do professor negro Pretextado dos Passos, em 1853, apresenta um manifesto reclamando da educação para alunos pretos e pardos, assinado pelos pais dos alunos. Portanto, existem mais de dois séculos de protestos e de movimentos sociais sobre o racismo na sociedade brasileira. Nas ciências sociais, a existência de movimentos sociais configura e existência de problemas sociais (Gohn, 1997), portanto, o problema do racismo antinegro existe ou deveria existir para as ciências sociais. O problema existe na realidade, sendo, entretanto, transformado em invisível, por questões ideológicas das ciências humanas brasileiras.

A VISIBILIDADE NECESSÁRIA ATRAVÉS DA PESQUISA CIENTÍFICA

A ciência comanda as ações do mundo atual. Vivemos a era batizada como “era do conhecimento científico” (Dziekaniak; Rover, 2011). O denominado conhecimento científico faz parte das molduras da vida das pessoas, pois dele parte uma série de determinações das instituições e das políticas públicas. A ciência traduz as problemáticas da realidade vivida pela população e prepara os profissionais para o exercício das profissões que atendem a população. Nesse sentido, o conhecimento científico é importante para todos os grupos sociais.

O cientista, produtor de conhecimento, também deveria conhecer perfeitamente o que é produzir a ciência. Ciência é um conjunto de modelos de raciocínio ou de explicação de uma realidade particular. Mas sempre a ciência é uma abstração com relação à realidade, uma simplificação de como se pode explicar uma particular realidade. A palavra importante é *particular*; não todas as realidades, apenas uma específica e particular. Outra palavra de suma importância é *abstração*. Sempre a realidade implica muitos elementos, nem todos importantes para a análise a ser realizada pelo modelo científico, portanto, a abstração científica implica sempre simplificar a realidade. A ciência é feita trabalhando-se com abstrações sobre uma realidade escolhida sobre as bases de uma área disciplinar da ciência preestabelecida.



A simplificação é realizada produzindo dois eventos: um, os conceitos; outro, as simplificações. Os conceitos são como nomeamos os elementos que compõem a abstração e como os relacionamos com a realidade. Portanto, realidade e abstração têm em comum os nomes e as suas interpretações, como o perigo de passarmos de um para outro sem a precisa separação entre a realidade e a abstração. Como os perigos de impor através dos resultados da pesquisa que a realidade se comporte como o modelo, introduzindo deformações científicas na interpretação da realidade, levando leitores da ciência a equívocos importantes sobre a realidade, transferindo esses equívocos importantes e desastrosos para as instituições da sociedade e para as políticas públicas do estado. A educação da população negra é um grande exemplo desses equívocos. Pesquisas baseados num modelo de classes sociais elimina o racismo antinegro como fator estrutural da sociedade brasileira e deduzem necessidades ditas “como universais”, que excluem sistematicamente as culturas negras, as populações negras, produzem uma inclusão social raquítica, esquelética e faminta, das populações negras na educação.

O cientista vive na pesquisa dois momentos: um, de quando está vendo a realidade, o que existe de concreto, outro, da interpretação, de como se explica e se produz conhecimento sobre a realidade. Na pesquisa convive-se com o risco de, por vezes, confundir-se esses dois momentos. Fazer ciência é traduzir a explicação da realidade através de modelos simplificadores, abstratos e dentro de um vocabulário que relaciona os dois eventos – modelo abstrato e realidade real. Os modelos de abstrações são tomados das realidades dentro de um lugar específico, ou seja, uma realidade específica, selecionando quais elementos da realidade são importantes, imprescindíveis naquela realidade para a compreensão dentro dos limites de uma ou duas, três ou quatro áreas do conhecimento (ciência interdisciplinar ou transdisciplinar), nunca todas as disciplinas científicas. Escolhidos os elementos daquela realidade que compõem o modelo, verifica-se como eles são nomeados dentro das ciências que colaboram no estudo a ser realizado. Parte da ciência consiste em fazer a precisão dos conceitos. Depois, investido de cientista no espaço da imaginação, da abstração sobre a realidade, tem-se que interpretar e explicar como os conceitos se relacionam. É nesse sentido que o estabelecimento de conceitos sobre a população negra, o espaço urbano e a forma urbana negra são importantes e permitem a



elaboração de explicações sobre a população negra na sociedade brasileira dentro de um conjunto de ciências que lidam com a vida urbana.

Nem sempre experimento, observação e abstração combinam; a combinação implica diversas e constantes trocas de elementos conceituais e de modelos, pois sempre, em cada uma das figuras, modelo e realidade, se necessita da complementação de informação, da experimentação do que funciona ou não funciona. Nesse movimento do fazer científico, existe um fator importante e muitas vezes confundido: tomar o modelo pela realidade e ou realidade pelo modelo. A realidade funciona apenas em parte como o modelo, mas ela sempre é muitíssimo mais inteligente e especializada que o modelo. Sobre população negra, muitas das teorias internacionais não se casam com a realidade de vida nossa, com a nossa história. No entanto são aplicados os modelos sem a necessária ampliação ou adaptação, o que implica a negação do problema social, econômico, político e cultural da população negra no Brasil, ou na superficialidade das interpretações.

O perigo da ciência é o da realização de operações ruins sobre o imaginado, alterando de forma nefasta e danosa a interpretação da realidade e depois das políticas públicas também de formas danosas sobre a própria realidade. A ciência feita no início da República no Brasil é um exemplo categórico das implicações desses erros. Nesse sentido que se fazem necessários os códigos éticos. Mas eles não bastam; é necessária a formação ampla sobre todos os temas das realidades. Todas as ciências são produzidas por grupos de seres humanos com valores em comum e acordos em comum, que não têm apenas os conteúdos das ciências em si, mas de substratos políticos de como essas ciências são constituídas. Assim, quando trabalhamos com os modelos, com as abstrações a única coisa que se pode perguntar é como se constituíram os conceitos e quais são as racionalidades das abstrações. Delas dependem os resultados denominados científicos, passíveis de erros e de manipulações ideológicas, como é caso de *Casa Grande e Senzala* (Cunha Junior, 2013).

Compreender sobre a impossibilidade da universalidade das ciências é fundamental para combate ao eurocentrismo nas ciências, e também para os grupos que pretendem autonomia científica com relação à dominação ocidental; compreender que a capacidade de análise é limitada pelos pressupostos que constituem os conceitos e as teorias. Em razão desses fatores é que o uso do conceito sobre “Forma Urbana

Negra” pode inspirar novas proposições do fazer científico sobre populações negras urbanas, considerando os elementos da história e cultura negra, mas também as condições do ambiente brasileiro do racismo antinegro. E, nesse sentido, levar a uma produção científica de interesse da população negra brasileira.

EDUCAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES E O CONCEITO DE BAIRROS NEGROS

BAIRROS NEGROS – A FORMA URBANA DAS POPULAÇÕES NEGRAS NA SOCIEDADE URBANA BRASILEIRA

O século passado foi o da industrialização e urbanização brasileira, ambos processos estruturais e com consequências fortíssimas sobre a população negra. As populações negras brasileiras são urbanas e o conceito de forma urbana adquire a somatória das experiências históricas, sociais, políticas e econômicas da população, cristalizadas na especificidade de cada lugar e de cada área da cidade onde se encontra a população que aí habita. Forma urbana negra é um conceito que abarca as relações herdadas do passado africano, as inscritas no escravismo criminoso e no capitalismo racista antinegro. A forma urbana negra conceitual é proposta através dos conceitos de africanidade e afrodescendência dentro da perspectiva da população negra urbana brasileira. As formas urbanas encapsulam as afro-inscrições negras urbanas, com toda a força que os termos afro e negras carregam e se reforçam, como parte de uma afirmação enfática do que é na sociedade brasileira enfaticamente e de maneira repetitiva vêm negando a existência e autoexpressão, os reconhecimentos e os direitos aos patrimônios históricos e culturais produzidos. Dessa potencialidade do conceito de forma urbana da população negra, que descreve no campo do urbanismo as produções, os protagonismos, as criações, mas também as limitações e imposições dolorosas do racismo antinegro, é que podemos construir a educação. Trata-se de um conceito que implica a utilização de amplo trabalho empírico sobre a dinâmica da realidade dos territórios negros nas cidades brasileiras, mas que, aplicado à educação, abre uma possibilidade, entre outras, do reconhecimento da realidade da população negra e de como pode ser reproduzida a educação efetiva e transformadora das realidades urbanas naquilo que produz as diversas formas de desigualdade social. A forma urbana reflete os campos de potencialidade de afirmação das identidades culturais e dos patrimônios

histórico-culturais, as competências de trabalhos, como as vulnerabilidades sociais e as pressões sociais impostas pelo racismo antinegro estrutural.

Reconhecimento dos bairros negros, da forma urbana da população negra e da sua relação com a educação implica em um trabalho estrutural da educação, possibilitando ultrapassar as fragilidades dos conceitos educacionais baseados nas abordagens conjunturais do multiculturalismo, da diversidade social e da inclusão social dos diferentes ou das minorias sociais, ou ainda dos grupos sociais invisibilizados. Abordagens em uso na atualidade que, devido à fragilidade quanto ao reconhecimento da população negra, produzem apenas apêndices negros na educação, apêndices importantes na ausência de outras ações, mas que somente tocam em pontos e não em totalidades e encerram apenas mudanças comportamentais morais e não estruturais. Grupos de formação do pensamento político diluem as abordagens das problemáticas estruturais sobre a população negra em outras abordagens referidas à ética do combate aos preconceitos e às discriminações e retiram o foco sobre o real esforço necessário para mudar as condições de vida da população negra. Sendo que resolver ou reduzir os preconceitos e as discriminações é mais fácil, no entanto, de menor impacto na sociedade que as soluções de problemas estruturais. Investir em campanhas políticas e de mídia sobre as mudanças conjunturais produz a mobilização das populações de maneira fácil e cria a sensação de mudanças importantes que podem ser exploradas por grupos políticos que prometem ou propõem mudanças na sociedade. Então, a confusão entre o que é estrutural e o que é conjuntural são explorados de forma pensada pelos grupos ideológicos e políticos que procuram o controle da sociedade. Grupos sociais, ideológicos e políticos que não se reduzem às convenções de esquerda e de direita, de explorados e exploradores, de trabalhadores e capitalistas, a sociedade abriga complexidades maiores que as expressas nesses modelos dualistas e portanto demarcam a existência de grupos de interesses mais diversos.

Para concluir o artigo podemos dizer que as visões sobre os problemas estruturais e as soluções deste podem ser várias, uma delas é relacioná-los na sociedade brasileira contemporânea como os problemas urbanos e esses como os problemas da vida das populações negras nos bairros negros das cidades. Sendo que a ausência de relações conceituais dessa natureza levou as discussões para o campo das



visões apenas conjunturais, da discussão sobre preconceitos e discriminações sobre a população negra, Concluimos que nada de estrutural está sendo realizado ou proposto e que as ações no campo da educação das populações negras estão abordando somente parte dos problemas conjunturais, aqueles que estão relacionados com os aspectos dos preconceitos e das discriminações.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. *Festas: Mascara do Tempo: Entrudo, mascarada e Frevo no Carnaval do Recife*. Dissertação. (Mestrado em Antropologia). UFPE, Recife, 1992.
- ARRAIS, Raimundo. *Recife, cultura e confrontos*. Natal: EDUFRN, 1998.
- BENEVOLO, Leonardo. *Historia da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na “belle époque”*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Serviço Social e população negra: Conceitos para uma análise estrutural do racismo antinegro. In: BRITO, Angela Ernestina Cardoso; CUNHA JUNIOR., Henrique. (Org.). *Serviço Social e a população negra: a encruzilhada*. Montes Claros: Caminhos Iluminados, 2015. p. 15-36.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande*. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 13, n. 150, nov. 2013.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. NTU. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 9, p. 81-91, 2010.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Racismo antinegro, um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileiras. *Política Democrática*, Brasília, v. 7, p. 118-127, 2008.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *História e Memória de Bairros de Maioria Afrodescendentes*. In: VASCONCELOS, José Gerardo; VASCONCELOS Jr., Raimundo Elmo de Paula; QUEIROZ, Zuleide Fernandes; ARAÚJO, José Edvar Costa. (Org.). *Interfaces Metodológicas na História da Educação*. 1. Ed. Fortaleza: Edições da UFC, 2007a. v. 1, p. 77-89.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Educação, cidade e afrodescendência: As formas territoriais e políticas do racismo no Brasil*. In: PIZZI, Laura Cristina Vieira Pizzi; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. (Org.). *Formação do pesquisador em educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude*. Maceió: Edufal, 2007b.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Textos para o Movimento Negro*. São Paulo: Edicon, 1992.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Espaço Público, Urbanismo e População Negra*. Rio de Janeiro. Monografia de Especialização em Arquitetura e Cidade. Curitiba: Appris, 2018.
- DZIEKANIAK, Gisele; ROVER, Aires. Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos. *DataGramaZero - Revista de Informação*, v. 12 n. 5, out/2011. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out11/Art_01.htm>. Acesso em: 1 de fev. 2016.



- DUCCI, M. *Conceptos básicos de urbanismo*. Mexico:Trillas, 2009.
- GOMES, Fabio Lourenço. *Pan-africanismo, historiografia e educação*. Experiências de Cabo Verde e no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Tese. (Doutorado em Historia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola. 1997.
- GROSTEIN, Marta Dora. MetrÓpole e expansão urbana. A persistência de processos “insustentáveis”. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v.15, n. 1, jan./mar. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100003>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.
- MALEK, J. *The Old Kingdom (c.3200 – 2160)* . In *The Oxford History of Ancient Egypt* . I. Shaw , ed. Pp. 89 – 117 . Oxford : Oxford University Press, 2000.
- NEAL, Zachary. *Seeking common ground: three perspectives on public space*. Urban Design and Planning. Proceedings of the Institution of Civil Engineers. 2010.
- OBENGA, Théophile. *La philosophie africaine de la période pharaonique*. Paris: L’Harmattan, 1990.
- QUERINO, Manoel. O colono preto como fator da civilização brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 6º., *Anais...* 1918.
- RAGO, Luzia M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RODRIGUES, Raimundo de Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador. 1894. Segunda edição: Salvador: Livraria Progresso, 1957.
- RODRIGUES, Marcela Fransen. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. *Revista Eletrônica, Estudos e Pesquisa em Psicologia*, v. 15, n. 3, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/19431/14023>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.
- ROSSI, A. *Architettura della città*. Padua: Marsili, 1966.
- SENT/CORBUSIER., *La carta de Atenas, manifesto urbanístico*. Congresso Intenacional de Arquitetura Moderna.(CIAM). 1942.
- SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, paginas 145-166, jul./dez. 2002.



SOUZA, Juliana. *Memórias e histórias negras da cidade de Carapicuíba - SP: Uma abordagem para a educação escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro Amapá*. Fortaleza: Edições da UFC, 2008.

Recebido em janeiro de 2019
Aprovado em março de 2019

